

ATUALIDADE

HERBERT MARCUSE

A IDEOLOGIA
DA SOCIEDADE
INDUSTRIAL

Tradução de
GIASONE REBUÁ

Quarta edição

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

INDICE

<i>Agradecimentos</i>	11
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO

<i>A Paralisia da Crítica: Sociedade sem Oposição</i>	13
---	----

SOCIEDADE UNIDIMENSIONAL

1: <i>As Novas Formas de Contrôle</i>	23
2: <i>O Fechamento do Universo Político</i>	38
3: <i>A Conquista da Consciência Infeliz: Dessublimação Repressiva</i>	69
4: <i>O Fechamento do Universo da Locução</i>	92

PENSAMENTO UNIDIMENSIONAL

5: <i>Pensamento Negativo: A Derrotada Lógica do Protesto</i>	125
6: <i>Do Pensamento Negativo para o Positivo: Racionalidade Tecnológica e a Lógica da Dominação</i>	142
7: <i>A Vitória do Pensamento Positivo: Filosofia Unidimensional</i>	163

A OPORTUNIDADE DAS ALTERNATIVAS

8: <i>O Compromisso Histórico da Filosofia</i>	191
9: <i>A Catástrofe da Libertação</i>	209
10: <i>Conclusão</i>	227
ÍNDICE ONOMÁSTICO	237

O FECHAMENTO DO UNIVERSO DA LOCUÇÃO

Dans l'état présent de l'Histoire, toute écriture politique ne peut que confirmer un univers policier, de même toute écriture intellectuelle ne peut qu'instituer une para-littérature, qui n'ose plus dire son nom.

No estado atual da história, todo escrito político pode apenas confirmar um universo policial, assim como todo escrito intelectual pode apenas produzir paraliteratura que não mais ousa dizer o seu nome.

ROLAND BARTHES

A Consciência Feliz — a crença em que o real seja racional e em que o sistema entrega as mercadorias — reflete o nôvo conformismo, que é uma faceta da racionalidade tecnológica traduzida em comportamento social. O conformismo é nôvo porque é racional em grau sem precedente. Sustenta uma sociedade que reduziu — e em seus setores mais avançados eliminou — a irracionalidade mais primitiva das fases precedentes, que prolonga e aprimora a vida mais regularmente do que nunca. A guerra de aniquilamento ainda não ocorreu; os campos de extermínio nazistas foram abolidos. A Consciência Feliz repele a conexão. A tortura foi reintroduzida como uma coisa normal, mas numa guerra colonial que ocorre na margem do mundo civilizado. E aí ela é praticada com paz de consciência, porque guerra é guerra. E também essa guerra está na margem — assola apenas os países “subdesenvolvidos”. A não ser isso, reina a paz.

O poder sobre o homem, adquirido por essa sociedade, é diàriamente absolvido por sua eficácia e produtividade. Se ela assimila tudo o que toca, se absorve a oposição, se brinca com a contradição, demonstra sua superioridade cultural. E, do mesmo modo, a destruição de recursos e a proliferação do des-

perdício demonstram sua opulência e o “alto nível de bem-estar”; “a Comunidade vai demasiado bem para que nos preocupemos com ela!”¹

A linguagem da administração total

Esse tipo de bem-estar, a superestrutura produtiva sobre a base infeliz da sociedade, penetra o “meio” que medeia entre os senhores e seus dependentes. Seus agentes de publicidade moldam o universo da comunicação no qual o comportamento unidimensional se expressa. Sua linguagem testemunha a identificação e a unificação, a produção sistemática de pensamento e ação positivos, o ataque concertado às noções transcendentais e críticas. Nas formas predominantes da palavra, o contraste aparece entre os modos de pensar dialéticos bidimensionais e o comportamento tecnológico ou “hábitos de pensar” sociais.

Na expressão desses hábitos de pensar, a tensão entre aparência e realidade, fato e fator, substância e atributo, tende a desaparecer. Os elementos de autonomia, descoberta, demonstração e crítica recuam diante da designação, asserção e imitação. Elementos mágicos, autoritários e rituais invadem a palavra e a linguagem. A locução é privada das mediações que são as etapas do processo de cognição e avaliação cognitiva. Os conceitos que compreendem os fatos, e desse modo transcendem estes, estão perdendo sua representação lingüística autêntica. Sem tais mediações, a linguagem tende a expressar e a promover a identificação imediata da razão e do fato, da verdade e da verdade estabelecida, da essência e da existência, da coisa e de sua função.

Essas identificações, que apareceram como uma particularidade do operacionalismo,² reaparecem como características da locução no comportamento social. Aqui, a funcionalização da linguagem ajuda a repelir os elementos não-conformistas da estrutura e do movimento da palavra. O vocabulário e a sintaxe são igualmente afetados. A sociedade expressa as suas exigências diretamente no material lingüístico, mas não sem oposição; a linguagem popular ataca com humor rancoroso e desafiador a

¹ John K. Galbraith, *American Capitalism* (Boston, Houghton Mifflin, 1956), p. 96. (Traduzido para o português e publicado, sob o título *Capitalismo*, por Zahar Editores, Rio, 1964.)

² Ver p. 32.

locução oficial e semi-oficial. A gíria e a linguagem familiar raramente se mostraram tão criadoras. É como se o homem comum (ou seu porta-voz anônimo) reafirmasse sua natureza em sua palavra, contra os poderes existentes, como se a rejeição e a revolta, subjugadas na esfera política, explodissem no vocabulário que dá às coisas os seus verdadeiros nomes: "crânio" (pessoa de grande competência), "furão" (indivíduo expedito que não vê obstáculos), "dá no pé" (saia depressa), "quebragalho" (coisa ou atividade que ajuda um pouco, em situações difíceis), "morou no assunto?" (percebeu?) etc.*

Contudo, os laboratórios da defesa, os gabinetes dos diretores, os Governos e as máquinas, os controladores de ponto e os gerentes, os técnicos em eficiência funcional, os salões de beleza dos políticos (que garantem aos líderes a maquiagem apropriada) falam uma linguagem diferente e, por enquanto, parece ser dêles a última palavra. É a palavra que ordena e organiza, que induz as pessoas a fazerem as coisas, comprar e aceitar. É transmitida num estilo que é criação lingüística autêntica; uma sintaxe na qual a estrutura da sentença é abreviada e condensada de tal modo que não é deixada tensão alguma, "espaço" algum entre as partes da sentença. Essa forma lingüística milita contra o desenvolvimento do significado. Tentarei, a seguir, exemplificar êsse estilo.

A característica do operacionalismo — tornar o conceito sinônimo do conjunto de operações correspondente³ — reaparece na tendência lingüística para "considerar os nomes das coisas como indicativos, ao mesmo tempo, do seu modo de funcionar, e os nomes das propriedades e processos como simbólicos do aparato usado para captá-los e produzi-los".⁴ Isso é raciocínio tecnológico, que tende a "identificar as coisas e suas funções".⁵

Como um hábito de pensar fora da linguagem científica e tecnológica, tal raciocínio molda a expressão de um behaviorismo social e político. Nesse universo behaviorista, as palavras e os conceitos tendem a coincidir, ou antes, o conceito tende a ser absorvido pela palavra. Aquêles não tem qualquer outro conteúdo que não o designado pela palavra no uso anunciado e

* Dada a impossibilidade de se traduzir as expressões da gíria norte-americana, são usadas expressões da gíria brasileira que atendem ao propósito do autor. N. do T.

³ Ver p. 33.

⁴ Stanley Gerr, "Language and Science", em *Philosophy of Science*, abril de 1942, p. 156

⁵ *Ibid.*

padronizado, esperando-se que a palavra não tenha qualquer outra reação que não o comportamento anunciado e padronizado. A palavra se torna um clichê e, como tal, governa a palavra ou a escrita; assim, a comunicação evita o desenvolvimento genuíno do significado.

Sem dúvida, qualquer linguagem contém inúmeros termos que não necessitam do desenvolvimento de seu significado, tais como os que designam objetos e apetrechos da vida diária, a natureza visível, necessidades e carências vitais. Êsses termos são geralmente compreendidos, de modo que o seu mero aparecimento produz uma reação (lingüística ou operacional) adequada ao contexto pragmático em que são falados.

A situação é muito diferente com respeito a termos que indicam coisas ou ocorrências além dêsse contexto indiscutível. Aqui, a funcionalização da linguagem expressa uma condensação do significado que tem uma conotação política. Os nomes das coisas não são apenas "indicativos de sua maneira de funcionar" mas sua maneira (real) de funcionar também define e "fecha" o significado da coisa, excluindo outras maneiras de funcionar. O substantivo governa a sentença de um modo autoritário e totalitário, e a sentença se torna uma declaração a ser aceita — repele a demonstração, a qualificação, a negação de seu significado codificado e declarado.

Nos pontos nodais da locução pública aparecem proposições analíticas autovalidantes que funcionam como fórmulas mágico-rituais. Marteladas e remarteladas na mente do receptor, produzem o efeito de incluí-la no círculo das condições prescritas pela fórmula.

Já me referi à hipótese auto-revalidadora como forma proposicional no universo da locução política.⁶ Substantivos como "liberdade", "igualmente", "democracia" e "paz" implicam, analiticamente, um conjunto específico de atributos que ocorrem invariavelmente quando o substantivo é pronunciado ou escrito. No Ocidente, a predicação analítica está em termos como livre empreendimento, iniciativa, eleições, indivíduo; no Oriente, em termos de operários ou camponeses, construir o comunismo ou socialismo, abolição de classes hostis. Em qualquer dos dois, a transgressão da locução mais além da estrutura analítica fechada é incorreta ou, então, propaganda, embora os meios de impor a

⁶ Ver p. 34.

verdade e o grau da punição sejam muito diferentes. Nesse universo de locução pública, a palavra se move em sinônimos e tautologias; na realidade, nunca se move em direção à diferença qualitativa. A estrutura analítica isola o substantivo governante de seus conteúdos que invalidariam ou pelo menos perturbariam o uso aceito do mesmo em declarações políticas e na opinião pública. O conceito ritualizado é tornado imune à contradição.

Assim, o fato de a forma existente de liberdade ser servidão e de a forma existente de igualdade ser desigualdade sobreposta é impedido de ser expressado pela definição fechada desses conceitos em termos dos poderes que moldam o respectivo universo da locução. O resultado é a linguagem orwelliana familiar ("paz é guerra", "guerra é paz" etc.), que não é, de modo algum, somente do totalitarismo terrorista. Tampouco é menos orwelliana se a contradição não está explícita na sentença, mas contida no substantivo. O ser um partido político que trabalha para a defesa e o crescimento do capitalismo chamado "socialista", um Governo despótico chamado "democrático" e uma eleição manobrada fraudulentamente chamada "livre" são características linguísticas — e políticas — familiares que em muito se antecederam a Orwell.

É relativamente nova a aceitação geral dessas mentiras pela opinião pública e privada, a supressão de seu conteúdo monstruoso. A disseminação e a eficácia dessa linguagem são testemunho da vitória da sociedade sobre as contradições que ela contém; estas são reproduzidas sem fazer explodir o sistema social. E é a contradição expressa e clamorosa que é tornada um dispositivo da palavra e da publicidade. A sintaxe da condensação proclama a reconciliação dos opostos, unindo-os firmemente em estrutura sólida e familiar. Tentarei demonstrar que a "bomba limpa" e a "garoa radiativa inofensiva" são apenas as criações extremas de um estilo normal. Outrora considerada a principal ofensa à lógica, a contradição aparece agora como um princípio da lógica da manipulação — uma caricatura realista da dialética. É a lógica de uma sociedade que se pode dar ao luxo de dispensar a lógica e brincar com a destruição, uma sociedade com o domínio tecnológico da mente e da matéria.

O universo da locução no qual os opostos são reconciliados tem bases firmes para tal unificação — sua benéfica ação destruidora. A comercialização total une esferas da vida antes antagônicas, e essa união se expressa na suave conjunção linguística

de partes da locução em conflito. Muitos dos discursos e dos impressos parecem absolutamente surrealistas à mente ainda não suficientemente condicionada. Legendas com "Trabalho Procura Harmonia de Foguetes"⁷ e anúncios como "Abrigo de Luxo Antigaroa Radiativa"⁸ ainda podem evocar a ingênua reação de que "Trabalho", "Foguete" e "Harmonia" são contradições irreconciliáveis e de que nenhuma lógica e nenhuma linguagem deviam ser capazes de juntar corretamente luxo e garoa radiativa. Contudo, a lógica e a linguagem se tornam perfeitamente racionais quando ficamos sabendo que um "submarino de propulsão nuclear equipado com foguetes balísticos" traz a "etiqueta de preço de US\$ 120 milhões" e que o abrigo de US\$ 1 milhão tem "tapetes, *scrabble** e TV". A validação não está primordialmente no fato de essa linguagem vender (parece que o negócio da garoa radiativa não ia muito bem), mas, antes, no fato de promover a identificação imediata do interesse particular com o interesse geral, dos Negócios com o Poderio Nacional, da prosperidade com o aniquilamento potencial. É apenas um lapso de verdade quando um teatro anuncia "Representação Especial na Noite das Eleições: *Dança da Morte*, de Strindberg".⁹ O anúncio revela a conexão de um modo menos ideológico do que normalmente se admite.

A unificação dos opostos que caracteriza o estilo comercial e político é uma das muitas formas pelas quais a locução e a comunicação se tornam imunes à expressão de protesto e recusa. Como poderão essa recusa e esse protesto encontrar a palavra acertada quando os órgãos da ordem estabelecida admitem e anunciam que paz é na realidade a iminência da guerra, que as mais recentes armas têm etiqueta de preço lucrativa e que o abrigo antiaéreo pode significar aconchego? Ao exibir suas contradições como sinal de sua veracidade, esse universo da locução se fecha contra qualquer outra locução que se apresente em seus próprios termos. E, graças à sua capacidade de assimilar todos os demais termos nos seus, oferece a perspectiva de combinar a maior tolerância possível com a maior unidade possível. Não obstante, sua linguagem é testemunho do caráter repressivo dessa unidade. Essa linguagem fala por meio de construções que

7 *New York Times*, 1.º de dezembro de 1960.

8 *Ibid.*, 2 de novembro de 1960.

* Espécie de quebra-cabeça com bloquinhos de madeira. N. do T.

9 *Ibid.*, 7 de novembro de 1960.

impõem ao receptor o significado oblíquo e abreviado, o desenvolvimento do conteúdo impedido, a aceitação do que é oferecido na forma em que é oferecido.

A predicação analítica é construção repressiva desse tipo. O fato de um substantivo específico ser quase sempre ligado aos mesmos adjetivos e atributos "explicativos" transforma a sentença numa fórmula hipnótica que, infinitamente repetida, fixa o significado na mente do receptor. Este não pensa em explicações essencialmente diferentes (e possivelmente verdadeiras) para o substantivo. Examinaremos mais adiante outras construções nas quais o caráter autoritário dessa linguagem se revela. Têm em comum o encolhimento e a redução da sintaxe que impede o desenvolvimento do significado pela criação de imagens fixadas que se impõem com uma concreção esmagadora e petrificada. É a conhecida técnica da indústria da propaganda, na qual é metódicamente usada para "estabelecer uma imagem" que adere à mente e ao produto e ajuda a vender os homens e as mercadorias. A palavra e a escrita são agrupadas em torno de "linhas de impacto" e de "incitadores de audiências" que transmitem a imagem. Essa imagem pode ser "liberdade" ou "paz" ou "bom sujeito" ou "comunista" ou "Miss Rheingold". O leitor ou ouvinte deverá associar (e de fato associa) essas imagens a uma estrutura de instituições, atitudes e aspirações fixada, esperando-se que ele reaja de um modo específico, fixado.

Para além da esfera relativamente inofensiva da comercialização, as conseqüências são muito sérias, pois tal linguagem é a um só tempo "intimidação e glorificação".¹⁰ As proposições assumem a forma de comandos sugestivos — são mais evocativas do que demonstrativas. A predicação se torna prescrição; a comunicação inteira tem um caráter hipnótico. Ao mesmo tempo, tem matizes de falsa familiaridade — o resultado da repetição constante e da objetividade popular da comunicação, hábilmente manejada. Esta se relaciona imediatamente com o receptor — sem distinção de condição, educação e pósto — atingindo-o a atmosfera sem formalismos da sala de estar, da cozinha e do quarto.

A mesma familiaridade é estabelecida por meio da linguagem personalizada, que desempenha papel considerável na comuni-

¹⁰ Roland Barthes, *Le Degré zéro de l'écriture* (Paris, Editions du Seuil, 1953), p. 33.

cação avançada:¹¹ o "seu" parlamentar, a "sua" rodovia, a "sua" farmácia predileta, o "seu" jornal; é levado a "você", "você" está convidado etc. Dessa maneira, as coisas e as funções sobrepostas, padronizadas e gerais são apresentadas como "especialmente para você". Pouca diferença faz se as pessoas assim objetivadas acreditam ou não. O êxito indica que essa linguagem promove a auto-identificação dos indivíduos com as funções desempenhadas por eles e pelos demais.

Nos setores mais avançados da comunicação funcional e manipulada, a linguagem impõe, em construções verdadeiramente surpreendentes, a identificação entre pessoa e função. A revista *Time* pode servir de exemplo extremo dessa tendência. O uso que ela faz do genitivo flexional leva os indivíduos a parecer meros apêndices ou propriedades de seu lugar, seu emprego, seu empregador ou empresa. São apresentados como Byrd, da Virgínia; Blough, da U. S. Steel; Nasser, do Egito. A construção atributiva hifenizada cria um síndrome fixado:

O Governador manda-e-desmanda, semi-alfabetizado, da Geórgia... tinha o cenário todo pronto, na semana passada, para um de seus turbulentos comícios-monstro.

O Governador,¹² sua função, suas características físicas e suas práticas políticas são fundidos numa estrutura indivisível e imutável que, em sua inocência e imediação, engolfa a mente do leitor. A estrutura não deixa lugar algum para distinção, desenvolvimento e diferenciação de significado: ela só se move e vive como um todo. Dominado por tais imagens personalizadas e hipnóticas, o artigo pode passar então a dar até informação essencial. A narrativa continua em segurança dentro da estrutura bem redigida de uma história de algum interesse humano, conforme definida pelas diretrizes da editora.

O uso da redução hifenizada é generalizado. Por exemplo, Teller "sobrancelha-de-aramé", o "pai da bomba-H", "von Braun, o homem dos foguetes, ombro-de-touro", "jantar científico-militar"¹³ e o submarino "lança-foguetes atômico". Tais construções são, talvez não por acidente, especialmente frequentes

¹¹ Ver Leo Lowenthal, *Literature, Popular Culture, and Society* (Prentice-Hall, 1961), pp. 109 e segs., e Richard Hoggart, *The Uses of Literacy* (Boston, Beacon Press, 1961), pp. 161 e segs.

¹² A declaração não se refere ao atual Governador, mas ao Sr. Talmadge.

¹³ Os três últimos citados em *The Nation*, 22 de fevereiro de 1958.

em frases que juntam tecnologia, política e militares. Têrmos designativos de esferas ou qualidades assaz diferentes são forjados num todo sólido esmagador.

O efeito é igualmente mágico e hipnótico — a projeção das imagens que transmitem unidade irresistível, harmonia de contradições. Assim, o Pai amado e temido, dissipador de vida, gera a bomba-H para o aniquilamento da vida; a construção “científico-militar” junta os esforços para reduzir a ansiedade e o sofrimento com a ocupação de criar ansiedade e sofrimento. Ou, sem o hífen: “Academia Liberdade de especialistas em guerra fria”,¹⁴ e a “bomba limpa” — atribuindo moral e integridade física à destruição. As pessoas que falam e aceitam essa linguagem parecem imunes a tudo — e ser suscetíveis a tudo. A hifenização (explícita ou não) nem sempre reconcilia o irreconciliável; com frequência a combinação é assaz gentil, como no caso do “homem dos foguetes, ombro-de-touro”, ou transmite uma ameaça, ou uma dinâmica inspiradora. Mas o efeito é similar. A estrutura imponente une os atôres e as ações de violência, poder, proteção e propaganda num lampejo. Vemos o homem ou a coisa em funcionamento e sômente em funcionamento — não pode ser de outra forma.

Nota sôbre abreviação. OTAN, OTASE, ONU, AFL-CIO, AEC e também URSS, DDR etc. A maioria dessas abreviaturas é perfeitamente razoável e está justificada pela extensão da designação. Contudo, se alguém pode aventurar ver em algumas delas uma “astúcia da Razão” — a abreviatura pode ajudar a reprimir perguntas indesejáveis. OTAN não sugere o que Organização do Tratado do Atlântico Norte diz, a saber, um tratado entre nações do Atlântico Norte — caso em que se poderia levantar questão sôbre a participação da Grécia e da Turquia. URSS abrevia Socialismo e Soviete; DDR abrevia democrático. ONU evita a ênfase indevida a “unidas”; OTASE evita focalizar os países do Sudeste da Ásia que não são membros. AFL-CIO sepulta as diferenças políticas radicais que antes separavam as duas organizações, e AEC fica sendo apenas mais um departamento administrativo dentre muitos. As abreviaturas denotam aquilo e sômente aquilo que está institucionalizado de tal

¹⁴ Uma sugestão da revista *Life* citada em *The Nation* de 20 de agosto de 1960. Segundo David Sarnoff, o Congresso está apreciando uma lei que criaria tal Academia. Ver John K. Jessup, Adlai Stevenson e outros, *The National Purpose* (produzido sob a supervisão e com a ajuda da equipe redacional da revista *Life*, Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1960), p. 58.

maneira que a conotação transcendente é retirada. O significado é fixado, falsificado e cumulado. Uma vez transformado em vocábulo oficial, constantemente repetido no uso geral, “sancionado” pelos intelectuais, terá perdido todo valor cognitivo e serve meramente ao reconhecimento de um fato indiscutível.

Esse estilo é de uma concreção esmagadora. A “coisa identificada com a sua função” é mais real do que a coisa distinta de sua função, e a expressão linguística dessa identificação (no substantivo funcional e nas muitas formas de abreviação sintática) cria um vocabulário e sintaxe básicos que se interpõem à identificação, separação e distinção. Essa linguagem, que constantemente impinge *imagens*, milita contra o desenvolvimento e a expressão de *conceitos*. Em sua imediação e objetividade, impede o pensamento conceptual; impede, assim, de pensar. Pois o conceito *não* identifica a coisa e sua função. Tal identificação bem pode ser o significado legítimo — e talvez o único — do conceito operacional e tecnológico, mas as definições operacionais e tecnológicas são usos específicos de conceitos para fins específicos. Mais ainda, elas dissolvem conceitos em operações e excluem o intento conceptual que é oposto a tal dissolução. Anteriormente ao seu uso operacional, o conceito *nega* a identificação da coisa com a sua função; distingue aquilo que a coisa é das funções contingentes dessa coisa na realidade estabelecida.

As tendências correntes da palavra, que repelem essas distinções, exprimem as mudanças havidas nos modos de pensar, discutidas nos capítulos anteriores — a linguagem funcionalizada, abreviada e unificada é a linguagem do pensamento unidimensional. A fim de exemplificar sua originalidade, farei ligeiro contraste entre ela e uma filosofia clássica da gramática que transcende o universo behaviorista e relaciona as categorias linguísticas com as ontológicas.

Segundo essa filosofia, o sujeito gramatical de uma sentença é primeiro uma “substância” e permanece como tal nos vários estados, funções e qualidades que a sentença predica do sujeito. É ativa ou passivamente relacionado com os seus predicados, mas permanece diferente dêles. Se não é um substantivo próprio, o sujeito é mais do que um substantivo: designa o *conceito* de uma coisa, um universal que a sentença define como num estado ou função particular. O sujeito gramatical traz, assim, um significado em *excesso* do expressado na sentença.

Segundo Wilhelm von Humboldt, o substantivo, como sujeito gramatical, denota algo que "pode participar de algumas relações",¹⁵ mas não é idêntico a essas relações. Mais ainda, permanece o que é, nessas relações e "contra" elas; êle é o seu cerne "universal" e substantivo. A síntese proposicional liga a ação (ou estado) ao sujeito de tal maneira que êste é designado como o ator (ou portador) e é assim distinguido do estado ou função em que aconteça estar. Ao dizer: "o relâmpago estronda", a criatura "não pensa meramente no estrondo do relâmpago, mas no próprio relâmpago, que estronda", num sujeito que "passou à ação". E se uma sentença dá uma definição de seu sujeito, não dissolve o sujeito em seus estados ou funções, mas o define como estando neste estado ou exercendo esta função. Sem desaparecer em seus predicados e sem existir como uma entidade antes e fora de seus predicados, o sujeito se constitui em seus predicados — o resultado de um processo de mediação que está expressado na sentença.¹⁶

Aludi à filosofia da gramática a fim de mostrar até que ponto as abreviaturas lingüísticas indicam uma abreviação do pensamento que elas, por sua vez, fortificam e promovem. A insistência nos elementos filosóficos da gramática, no elo entre os "sujeitos" gramatical, lógico e ontológico chama a atenção para os conteúdos que são suprimidos na linguagem funcional, barrados da expressão e da comunicação. A abreviação do conceito em imagens fixadas; o desenvolvimento impedido em fórmulas autovalidadoras e hipnóticas; imunidade contra a contradição; identificação da coisa (e da pessoa) com sua função — constituem tendências que revelam a mente unidimensional na linguagem que ela fala.

Se o comportamento lingüístico bloqueia o desenvolvimento conceptual, se êle milita contra a abstração e a mediação, se se rende aos fatos imediatos, repele o reconhecimento dos fatores que estão por trás dos fatos e, assim, repele o reconhecimento dos fatos, bem como do conteúdo histórico dêstes. Tal organização da locução funcional é de importância vital na sociedade e para ela; serve de veículo de coordenação e subordinação. A

¹⁵ W. v. Humboldt, *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*, reimpressão, Berlin, 1936, p. 254.

¹⁶ Ver, para essa filosofia da gramática na lógica dialética, o conceito de Hegel de "substância como sujeito" e de "sentença especulativa" no prefácio à *Phaenomenology of the Spirit*.

linguagem funcional unificada é uma linguagem irreconciliavelmente anticrítica e antidialética. Nela, a racionalidade operacional e behaviorista absorve os elementos transcendententes, negativos e de oposição da Razão.

Discutirei¹⁷ êsses elementos em têrmos da tensão entre o "é" e o "deve", entre essência e aparência, potencialidade e atualidade — a invasão das determinações negativas nas positivas da lógica. Essa tensão constante penetra o universo bidimensional da locução, que é o universo do pensamento crítico e abstrato. As duas dimensões são antagônicas; a realidade participa de ambas, e os conceitos dialéticos desenvolvem as contradições reais. Em seu próprio desenvolvimento, o pensamento dialético chegou a compreender o caráter histórico das contradições e o processo de sua mediação como um processo histórico. Assim, a "outra" dimensão do pensamento pareceu ser dimensão *histórica* — a potencialidade como possibilidade histórica, sua realização como acontecimento histórico.

A supressão dessa dimensão no universo social da racionalidade operacional é uma *supressão da história*, e isso não constitui assunto acadêmico, mas político. É a supressão do próprio passado da sociedade — e do seu futuro, visto que êsse futuro invoca a transformação qualitativa, a negação do presente. Um universo da locução em que as categorias de liberdade se tornaram intercambiáveis e até idênticas aos seus opostos está não apenas praticando a linguagem orwelliana e de Esopo, mas repelindo e esquecendo a realidade histórica — o horror do fascismo; a idéia de socialismo; as precondições da democracia; o conteúdo de liberdade. Se uma ditadura burocrática domina e define a sociedade comunista, se os regimes fascistas estão funcionando como parceiros do Mundo Livre, se o programa de bem-estar do capitalismo esclarecido é derrotado com êxito ao ser tachado de "socialista", se os fundamentos da democracia são harmoniosamente abrogados na democracia, então os velhos conceitos históricos são invalidados por redefinições operacionais atualizadas. As redefinições são falsificações que, impostas pelas potências existentes e pelos poderes de fato, servem para transformar a falsidade em verdade.

A linguagem funcional é radicalmente anti-histórica: a racionalidade operacional tem pouco lugar e pouco uso para a

¹⁷ Ver capítulo 5, adiante.

razão histórica.¹⁸ Será essa luta contra a história parte da luta contra uma dimensão da mente na qual se podem desenvolver faculdades e forças centrífugas — faculdades e forças que podem impedir a coordenação total do indivíduo com a sociedade? A lembrança do passado pode dar surgimento a perigosas introspecções, e a sociedade estabelecida parece apreensiva com os conteúdos subversivos da memória. A lembrança é um modo de dissociação dos fatos dados, um modo de “mediação” que quebra, por alguns instantes, o poder onipresente dos fatos dados. A memória recorda o terror e a esperança passados. Ambos voltam à vida, mas enquanto, na realidade, aquele ressurgem em formas sempre novas, esta permanece uma esperança. E, nos acontecimentos pessoais que reaparecem na memória individual, os temores e as aspirações da humanidade se reafirmam — o universal no particular. É a história que a memória preserva. Ela sucumbe ao poder totalitário do universo behaviorista:

Das "Schreckbild einer Menschheit ohne Erinnerung... ist kein blosses Verfallsprodukt... sondern es ist mit der Fortschrittlichkeit des bürgerlichen Prinzips notwendig verknüpft".

*"Ökonomen und Soziologen wie Werner Sombart und Max Weber haben das Prinzip des Traditionalismus den feudalen Gesellschaftsformen zugeordnet und das der Rationalität den bürgerlichen. Das sagt aber nicht weniger, als dass Erinnerung, Zeit, Gedächtnis von der fortschreitenden bürgerlichen Gesellschaft selber als eine Art irrationaler Rest liquidiert wird..."*¹⁹

Se a racionalidade que progride na sociedade industrial desenvolvida tende a liquidar, como uma “pausa irracional”, os elementos perturbadores do Tempo e da Memória, tende também a liquidar a racionalidade perturbadora contida nessa pausa

¹⁸ Não quer isso dizer que a história, privada ou geral, desapareça do universo da locução. O passado é evocado com suficiente frequência: seja ele o dos Patriarcas da Independência, ou de Marx-Engels-Lênin, ou as origens humildes de um candidato à Presidência da República. Contudo, essas invocações são também ritualizadas que não permitem o desenvolvimento do conteúdo recordado; com frequência a simples invocação serve para bloquear tal desenvolvimento, que mostraria a sua impropriedade histórica.

¹⁹ “O espectro do homem sem memória... é mais do que um aspecto de declínio — está necessariamente ligado ao princípio do progresso da sociedade burguesa”. “Economistas e sociólogos tais como Werner Sombart e Max Weber relacionaram o princípio da tradição com a forma feudal de sociedade e o da racionalidade com a forma burguesa. Isso significa nada menos que a sociedade burguesa em desenvolvimento liquida Memória, Tempo e Recordação como remanescentes irracionais do passado...” Th. W. Adorno, “Wes bedeutet Aufarbeitung der Vergangenheit?”, em Bericht über die Erzieherkonferenz, 6 e 7 de novembro, em Wiesbaden; Frankfurt, 1960, p. 14. A luta contra a história será ainda analisada no capítulo 7, adiante.

irracional. O reconhecimento e a relação com o passado como sendo presente age contra a funcionalização do pensamento pela realidade estabelecida e nela. O pensamento milita contra o fechamento do universo da locução e do comportamento; possibilita o desenvolvimento dos conceitos que desestabilizam e transcendem o universo fechado ao compreendê-lo como universo histórico. Confrontado com a sociedade em questão como objeto de sua reflexão, o pensamento crítico se torna consciência histórica; como tal, é essencialmente julgamento.²⁰ Longe de necessitar de um relativismo indiferente, pesquisa a história real do homem para encontrar o critério de verdade e falsidade, progresso e regressão.²¹ A mediação do passado com o presente descobre os fatores que fizeram os fatos, que determinaram o estilo de vida, que estabeleceram os senhores e os servos; projeta os limites e as alternativas. Quando essa consciência crítica fala, ela fala “*le langage de la connaissance*” (Roland Barthes), que desvenda um universo fechado de locução e sua estrutura petrificada. As palavras-chaves dessa linguagem não são substantivos hipnóticos que evocam interminavelmente os mesmos predicados congelados. Antes permitem um desenvolvimento aberto; até desdobram seu conteúdo em predicados contraditórios.

O Manifesto Comunista constitui um exemplo clássico. Nêle, as duas palavras-chaves Burguesia e Proletariado “governam” predicados contrários. A burguesia é o sujeito do progresso técnico, libertação, conquista da natureza, criação de riqueza social e da perversão e destruição dessas realizações. Similarmente, o proletariado tem os atributos da opressão total e da derrota total da opressão.

Tal relação dialética de opostos na proposição, e por ela, é possibilitada pelo reconhecimento do sujeito como agente histórico cuja identidade se constitui na prática histórica e contra esta, em sua realidade social e contra ela. A locução se desenvolve e enuncia o conflito entre a coisa e sua função, e esse conflito encontra expressão lingüística em sentenças que unem predicados contraditórios numa unidade lógica — similar conceptual da realidade objetiva. Em contraste com toda a linguagem orwelliana, a contradição é demonstrada, explicitada, explicada e denunciada.

²⁰ Ver p. 14 e capítulo 5 deste livro.

²¹ Para maior discussão desses critérios, ver capítulo 8, adiante.

Exemplifiquei o contraste entre as duas linguagens reportando-me ao estilo da teoria marxista, mas as qualidades críticas e cognitivas não são características exclusivas do estilo marxista. Podem ser também encontradas (embora em formas diferentes) no estilo da crítica conservadora e liberal da sociedade burguesa em expansão. Por exemplo, a linguagem de Burke e Tocqueville, de John Stuart Mill, do de um dos lados e outro, é uma linguagem altamente demonstrativa, conceptual e "aberta" que ainda não sucumbiu às fórmulas hipnótico-rituais do neoconservadorismo e neoliberalismo atuais.

Contudo, a ritualização autoritária da locução é mais surpreendente quando afeta a própria linguagem dialética. As exigências da industrialização competitiva e a sujeição total do homem ao aparato produtor aparecem na transformação autoritária da linguagem marxista em stalinista e pós-stalinista. Essas exigências, conforme interpretadas pela liderança que controla o aparato, definem o que é certo e errado, verdadeiro e falso. Não deixam tempo nem espaço algum para uma discussão que projetaria alternativas dissociativas. Essa linguagem não mais se presta de modo algum à "locução". Ela pronuncia e, em virtude do poder do aparato, estabelece fatos — é enunciado autovalidador. Deve bastar, aqui,²² citar e parafrasear o trecho em que Roland Barthes descreve suas características mágico-autoritárias: "*il n'y a plus aucun sursis entre la dénomination et le jugement, et la clôture du langage est parfaite...*"²³

A linguagem fechada não demonstra nem explica — comunica decisão, sentença, comando. Onde define, a definição se torna "separação entre bem e mal"; estabelece coisas certas e erradas indiscutíveis e um valor como justificativa de outro valor. Desloca-se em tautologias, mas estas são "sentenças" terrivelmente eficazes. Julgam de uma "forma prejudgada"; pronunciam condenação. Por exemplo, o "conteúdo objetivo", isto é, a definição de termos como "deviacionistas" e "revisionistas" é igual à do código penal, e esse tipo de validação suscita uma consciência para a qual a linguagem dos poderes existentes é a linguagem da verdade.²⁴

Infelizmente, isso não é tudo. O crescimento produtivo da sociedade comunista estabelecida também condena a oposição comunista adepta da liberdade; a linguagem que tenta lembrar

²² Ver o meu *Soviet Marxism*, loc. cit., pp. 87 e segs.

²³ "não mais há qualquer delonga entre a denominação e o julgamento, e o fechamento da linguagem é perfeito..."

²⁴ Roland Barthes, loc. cit., pp. 37-40.

e preservar a verdade original sucumbe à sua ritualização. A orientação da locução (e da ação) com expressões como "proletariado", "conselhos de trabalhadores", "ditadura do aparato stalinista" se torna orientação com fórmulas rituais nas quais o "proletariado" não mais existiu ou ainda não existe, nas quais o controle "de baixo para cima" interferiria no progresso da produção em massa, e nas quais a luta contra a burocracia enfraqueceria a eficácia da única força real que pode ser mobilizada contra o capitalismo em escala internacional. Aqui, o passado é rigidamente conservado, mas não mediado com o presente. A criatura pode opor-se aos conceitos que compreenderam uma situação histórica sem desenvolvê-los para a situação atual — bloqueia sua dialética.

A linguagem rito-autoritária se dissemina pelo mundo contemporâneo, pelos países democratas e não-democratas, capitalistas e não-capitalistas.²⁵ Segundo Roland Barthes, é a linguagem "*propre à tous les régimes d'autorité*"; estará presente, hoje em dia, na órbita da civilização industrial avançada, uma sociedade que não está sob regime autoritário? Visto que a substância dos vários regimes não mais aparece em formas alternativas de vida, repousa em técnicas alternativas de manipulação e controle. A linguagem não apenas reflete esses controles, mas torna-se, ela própria, um instrumento de controle até mesmo onde não transmite ordens, mas informação; onde não exige obediência, mas escolha, onde não exige submissão, mas liberdade.

Essa linguagem controla reduzindo as formas lingüísticas e dos símbolos de reflexão, abstração, desenvolvimento, contra-dição; substituindo conceitos por imagens. Nega ou absorve o vocabulário transcendente; não investiga, estabelece e impõe a verdade e a falsidade. Mas esse tipo de locução não é terrorista. Parece arriscado supor que os receptores acreditam ou sejam levados a acreditar no que lhes é dito. O novo toque da linguagem mágico-ritual é, antes, o de as pessoas não acreditarem nela, ou não se importarem com ela, mas, não obstante, agirem em concordância com ela. Não se "acredita" no enunciado de

²⁵ Quanto à Alemanha Ocidental, ver os intensos estudos empreendidos pelo Institut für Sozialforschung, Frankfurt am Main, em 1950-1951: *Gruppen Experiment*, ed. F. Pollock (Frankfurt, Europäische Verlagsanstalt, 1955), especialmente pp. 545 e segs. Também Karl Korn, *Sprache in der verwalteten Welt* (Frankfurt, Heinrich Scheffler, 1958), sobre ambas as partes da Alemanha.

um conceito operacional, mas este se justifica em ação — em realizar o trabalho, em vender ou comprar, na negativa de ouvir os outros etc.

Se a linguagem política tende a tornar-se a da propaganda comercial, fechando, assim, a lacuna entre dois campos da sociedade antes muito diferentes, então essa tendência parece expressar até que ponto a dominação e a administração deixaram de ser uma função separada e independente na sociedade tecnológica. Isso não quer dizer que o poder dos políticos profissionais diminuiu. Dá-se justamente o contrário. Quanto mais global fôr o desafio por eles criado para enfrentá-la, quanto mais normal a vizinhança da destruição total, tanto mais estarão eles livres da soberania popular eficaz. Mas a dominação dos políticos foi incorporada aos desempenhos e repousos diários dos cidadãos, e os "símbolos" da política são também dos negócios, do comércio e da diversão.

As vicissitudes da linguagem têm paralelo nas do comportamento político. Na venda de equipamento para diversão repousante nos abrigos antiaéreos, no programa de candidatos que competem pela liderança nacional, na televisão, a junção entre política, negócios e diversão é completa. Mas a junção é fraudulenta e fatalmente prematura — os negócios e a diversão ainda são a política da dominação. Não se trata da peça satírica após a tragédia; não é *finis tragoediae* — a tragédia pode simplesmente começar. Aqui, também, as vítimas rituais serão as criaturas e não o herói.

A pesquisa da administração total

A comunicação funcional é apenas a camada externa do universo unidimensional no qual o homem é treinado para esquecer — para traduzir o negativo em positivo de modo a poder continuar funcionando, reduzido, mas adequado, e razoavelmente bem. As instituições da liberdade de expressão e liberdade de pensamento não obstruem a coordenação mental com a realidade estabelecida. O que ocorre é uma devastadora redefinição do próprio pensamento, de sua função e seu conteúdo. A coordenação do indivíduo com a sua sociedade atinge as camadas da mente em que são elaborados os próprios conceitos destinados a compreender a realidade estabelecida. Esses conceitos são retirados da tradição intelectual e traduzidos em

têrmos operacionais — uma tradução que tem por efeito reduzir a tensão entre pensamento e realidade pelo enfraquecimento do poder negativo daquele.

Trata-se de acontecimento filosófico e, a fim de lucidar até que ponto rompe com a tradição, a análise terá de tornar-se cada vez mais abstrata e ideológica. É a esfera mais afastada da concreção da sociedade que pode mostrar com maior clareza a extensão da conquista do pensamento pela sociedade. Mais ainda, a análise terá de recuar na história da tradição filosófica e tentar identificar as tendências que levaram ao rompimento.

Contudo, antes de entrar na análise filosófica, e em transição para o campo mais abstrato e teórico, discutirei ligeiramente dois exemplos (a meu ver representativos) do campo intermediário da pesquisa empírica, diretamente relacionados com certas condições características da sociedade industrial desenvolvida. Questões de linguagem ou de pensamento, de palavras ou de conceitos; análise lingüística ou epistemológica — a matéria a ser discutida milita contra claras distinções acadêmicas desse gênero. A separação entre uma análise puramente lingüística de uma análise conceptual é em si uma expressão do pensamento cuja explicação será tentada nos capítulos seguintes. Visto como a crítica da pesquisa empírica que se segue é empreendida como preparação para a análise filosófica subsequente — e à luz da mesma — uma declaração preliminar sobre o uso do termo "conceito" que orienta a crítica poderá servir de introdução.

O termo "conceito" é usado como designação da representação mental de algo que é entendido, compreendido, conhecido como o resultado de um processo de reflexão. Esse algo pode ser um objeto da prática diária, ou uma situação, uma sociedade, um conto. Em qualquer dos casos, se tais coisas são compreendidas (*begriffen; auf ihren Begriff gebracht*), tornam-se objetos de pensamento e, como tal, seu conteúdo e significado são idênticos aos objetos reais da experiência imediata e, não obstante, diferentes deles. "Idênticos" no quanto conceito denota a mesma coisa; "diferentes" no quanto o conceito seja o resultado de uma reflexão que tenha entendido a coisa no contexto (e à luz) de outras coisas que não apareceram na experiência imediata e que "explicam" a coisa (mediação).

Se o conceito jamais denota uma determinada coisa concreta, se é sempre abstrato e geral, assim ocorre porque o conceito compreende mais do que uma determinada coisa ou

outra que não ela — alguma condição ou relação universal essencial a determinada coisa, que determina a forma sob a qual ela aparece como um objeto concreto da experiência. Se o conceito de algo concreto é o produto de classificação, organização e abstração mentais, êsses processos mentais levam à compreensão somente na medida em que reconstituem a determinada coisa em sua condição e relação universais, transcendendo assim a sua aparência imediata na direção de sua realidade.

E, por sinal, todos os conceitos cognitivos têm um *significado transitivo*: vão além da referência descritiva a determinados fatos. E, se os fatos são os da sociedade, os conceitos cognitivos também vão além de qualquer contexto especial de fatos — até os processos e condições em que assenta a respectiva sociedade, e que entram em todos os fatos especiais, fazendo, mantendo e destruindo a sociedade. Em virtude de sua referência a essa totalidade histórica, os conceitos cognitivos transcendem todo contexto operacional, mas sua transcendência é empírica porque torna os fatos reconhecíveis como aquilo que êles verdadeiramente são.

O “excesso” de significado acima do conceito operacional esclarece a forma limitada e até decepcionante sob a qual os fatos podem ser experimentados. Daí a tensão, a discrepância, o conflito entre o conceito e o fato imediato — a coisa concreta; entre a palavra que se refere ao conceito e aquela que se refere às coisas. Daí a noção da “realidade do universal”. Daí também o caráter tolerante e acomodativo das formas de pensamento que tratam os conceitos como artifícios mentais e traduzem conceitos universais para termos com objetos indiretos especiais e objetivos.

Quando êsses conceitos reduzidos governam a análise da realidade humana, individual ou social, mental ou material, chegam a uma falsa concreção — uma concreção isolada das condições que constituem sua realidade. Neste contexto, o tratamento operacional do conceito assume uma função política. O indivíduo e seu comportamento são analisados num sentido terapêutico — ajustamento à sua sociedade. Pensamento e expressão, teoria e prática, serão postos em harmonia com os fatos de sua existência sem deixar lugar para a crítica conceptual dêsses fatos.

O caráter terapêutico do conceito operacional se mostra mais claramente quando o pensamento conceptual é metódica-

mente colocado a serviço da exploração e do aprimoramento das condições sociais existentes, dentro da estrutura das instituições sociais existentes — na Sociologia Industrial, nas pesquisas sobre motivação, nos estudos sobre comercialização e opinião pública.

Se a forma de sociedade em questão é e permanece a estrutura final de referência para a teoria e a prática, nada há de errado nesse tipo de Sociologia e Psicologia. É mais humano e mais produtivo ter-se boas do que más relações obreiro-patronais, condições de trabalho agradáveis em vez de desagradáveis, harmonia em vez de conflito entre os desejos dos consumidores e as necessidades dos negócios e da política.

Mas a racionalidade dêsse tipo de Ciência Social aparece sob outro aspecto se a sociedade em questão, conquanto permanecendo a estrutura de referência, se torna o objeto de uma teoria crítica que visa à própria estrutura dessa sociedade, presente em todos os fatos e condições particulares e determinando seu lugar e sua função. Então, seu caráter ideológico e político transparece, e a elaboração de conceitos adequadamente cognitivos exige o avanço além da concreção ilusória do empirismo positivista. O conceito terapêutico e operacional se torna falso no quanto isola e atomiza os fatos, estabiliza-os dentro do todo repressivo e aceita os termos dêsse todo como os termos da análise. A tradução metodológica do conceito universal no operacional se torna então redução repressiva do pensamento.²⁶

Tomarei para exemplo um “clássico” da Sociologia Industrial: o estudo das relações de trabalho nas Instalações de Hawthorne da Western Electric Company.²⁷ É um estudo antigo, empreendido há aproximadamente uns vinte e cinco anos, tendo

26 Na teoria do funcionalismo, o caráter terapêutico e ideológico da análise não aparece; é obscurecido pela generalidade abstrata dos conceitos (“sistema”, “parte”, “unidade”, “item”, “múltiplas conseqüências”, “função”). São em princípio aplicáveis a qualquer sistema que o sociólogo escolhe para objeto de sua análise — do menor grupo à sociedade como tal. A análise funcional está contida no sistema escolhido, o qual não está, êle próprio, sujeito a uma análise crítica que transcende as fronteiras do sistema para um contínuo histórico no qual suas funções e disfunções se tornam o que são. A teoria funcional apresenta, assim, o engano da abstração mal colocada. A generalidade de seus conceitos é alcançada pela abstração das próprias qualidades que torna histórico o sistema e que dá significado crítico-transcendente às suas funções e disfunções.

27 As citações são de Roethlisberger e Dickson, *Management and the Worker* (Cambridge: Harvard University Press, 1947). Ver a excelente discussão em Loren Baritz, *The Servants of Power. A History of the Use of Social Science in American Industry* (Middletown, Wesleyan University Press, 1960), capítulos 5 e 6.

os métodos sido desde então muito aprimorados. Mas na minha opinião sua substância e função permaneceram imutáveis. Mais ainda, essa forma de pensar não apenas se estendeu a outros ramos da Ciência social e à Filosofia, desde então, mas também ajudou a moldar os assuntos humanos com os quais está relacionada. Os conceitos operacionais terminam em métodos de controle social aperfeiçoado: tornam-se parte da ciência da gerência, no Departamento de Relações Humanas. Em *Labor Looks at Labor* encontram-se estas palavras de um operário da indústria de automóveis:

As gerências "não nos conseguiram deter nos piquetes; não nos conseguiram deter com a tática da barragem, de modo que andaram estudando 'relações humanas' nos campos econômico, social e político para descobrir como deter os sindicatos".

Ao investigarem as queixas dos trabalhadores sobre condições de trabalho e salários, os pesquisadores toparam com o fato de que essas queixas, em sua maioria, foram formuladas em declarações que continham "térmos vagos e indefinidos", carecendo de "referência objetiva" a "padrões que são geralmente aceitos" e tinham características "essencialmente diferentes das propriedades geralmente associadas com os fatos comuns".²⁸ Em outras palavras, as queixas estavam formuladas em declarações gerais como "os banheiros são anti-higiênicos", "o trabalho é perigoso", "as taxas de pagamento são muito baixas".

Guiados pelo princípio do pensamento operacional, os pesquisadores se entregaram a traduzir ou reformular essas declarações de tal maneira que sua generalidade vaga pudesse ser reduzida a coisas definidas, expressões designando a situação especial em que as queixas se tivessem originado, configurando assim "precisamente as condições na companhia". A forma geral foi dissolvida em declarações identificando as operações e condições especiais nas quais as queixas se originaram, sendo as queixas solucionadas pela mudança dessas operações e condições especiais.

Por exemplo, a declaração "os banheiros são anti-higiênicos" foi traduzida para "em tais e tais ocasiões entrei nesse banheiro e o lavatório tinha alguma sujeira". Interrogatórios levaram, então, à conclusão de que isso "se devia principalmente à falta

28 Roethlisberger e Dickson. *Loc. cit.*, pp. 255 e segs.

de cuidado de alguns empregados", foi instituída uma campanha contra o jogar papel, cuspir no chão e outras práticas, tendo sido designado um zelador para vigiar constantemente os banheiros. "Foi dessa forma que muitas das queixas foram reinterpretadas e usadas para produzir melhoramentos."²⁹

Outro exemplo: um trabalhador *B* faz a declaração geral de que seus salários por tarefa são muito baixos. A entrevista revela que "sua esposa está no hospital e ele está preocupado com a conta do médico. Neste caso, o conteúdo latente da queixa consiste no fato de o pagamento atual de *B* ser insuficiente para atender aos seus compromissos financeiros em razão da doença da esposa".³⁰

Tal tradução altera significativamente o sentido da proposição original. A declaração não-traduzida formula uma condição geral em sua generalidade ("os salários são muito baixos"). Vai além da condição particular numa determinada fábrica e além da situação particular do trabalhador em questão. Nessa generalidade, e somente nessa generalidade, a declaração expressa uma denúncia devastadora que toma um caso particular como uma manifestação de um estado de coisas universal e insinua que este pode não ser modificado pelo melhoramento daquele.

Assim, a declaração não-traduzida estabeleceu uma relação concreta entre o caso particular e o todo do qual ele é um caso — e esse todo inclui as condições de fora do respectivo emprego, de fora da respectiva fábrica, de fora da respectiva situação pessoal. Esse todo é eliminado na tradução, e é essa operação que torna possível a solução. O trabalhador pode não estar cômico disso e, para ele, sua queixa pode ter de fato aquele significado particular e pessoal que a tradução realça como seu "conteúdo latente". Mas a linguagem por ele usada afirma sua validade objetiva contra sua consciência — expressa condições que *são*, embora não sejam "para ele". A concreção do caso particular conseguida pela tradução é o resultado de uma série de abstrações da concreção *real* do mesmo, que está no caráter universal do caso.

A tradução relaciona a declaração geral com a experiência pessoal do trabalhador que faz a declaração, mas pára no ponto em que o trabalhador, individualmente, se sentiria, ele próprio, como "o trabalhador", e no qual o seu emprego aparece como

29 *Ibid.*, p. 256.

30 *Ibid.*, p. 267.

“o emprêgo” da classe trabalhadora. Será necessário frisar que, em suas traduções, o pesquisador operacional meramente segue o processo da realidade, e, provavelmente, até mesmo as traduções do próprio trabalhador? A experiência interrompida não é de sua execução, e sua função não é pensar em termos de uma teoria crítica, mas adestrar supervisores “em métodos mais humanos e eficazes de lidar com os seus trabalhadores”³¹ (sòmente o termo “humano” parece não-operacional e carente de análise).

Mas ao se estender êsse modo gerencial de pensar e pesquisar a outras dimensões do esforço intelectual, os serviços por êle prestados se tornam cada vez mais inseparáveis de sua validade científica. Neste contexto, a funcionalização tem um efeito verdadeiramente terapêutico. Assim que o descontentamento pessoal é isolado da infelicidade geral, assim que os conceitos universais que militam contra a funcionalização são dissolvidos em objetos indiretos particulares, o caso se torna um incidente discutível e solucionável.

Na verdade, o caso permanece um incidente de um universal — nenhum modo de pensar pode passar sem os universais — mas de um gênero muito diferente do contido na declaração não-traduzida. O trabalhador *B*, uma vez atendidas as suas contas médicas, reconhecerá que, de modo geral, os pagamentos não são muito baixos e que constituíram uma agrura sòmente em sua situação individual (que pode ser semelhante a outras situações individuais). O seu caso foi incluído em outro gênero — o dos casos de agruras pessoais. Êle não mais é um “trabalhador” ou “empregado” (membro de uma classe), mas o trabalhador ou empregado *B* da fábrica de Hawthorne da Western Electric Company.

Os autores de *Management and the Worker* estavam perfeitamente còscios dessa implicação. Dizem que uma das funções fundamentais a serem desempenhadas numa organização industrial é “a função específica do trabalho com o pessoal”, e que essa função exige que, no trato com relações obreiro-patronais, deve-se “pensar no que vai na mente de um determinado empregado em termos de um trabalhador que tenha tido uma determinada história pessoal”, ou “em termos de um empregado cujo emprêgo seja em determinado lugar da fábrica que o ponha em contato com determinadas pessoas e grupos de pessoas...”

31 *Loc. cit.*, p. VIII.

Em contraste, os autores rejeitam, como incompatível com a “função específica do trabalho com o pessoal”, uma atitude que se dirija ao empregado “médio” ou “típico” ou ao que “está em geral na mente do trabalhador”.³²

Podemos resumir êsses exemplos contrastando as declarações originais com a sua tradução para formas funcionais. Tomamos as declarações em ambas as formas com o seu significado imediato, deixando de lado o problema de sua verificação.

1) “Os salários são muito baixos”. O sujeito da proposição é “salários”, e não uma determinada remuneração de um determinado trabalhador num determinado emprêgo. O homem que faz a declaração pode pensar apenas em sua experiência pessoal, mas, na forma em que faz a sua declaração, transcende essa experiência pessoal. O predicado “muito baixos” é um adjetivo de relação, exigindo um objeto indireto que não é designado na proposição — muito baixos para quem ou para o quê? Esse objeto indireto pode ser o indivíduo que faz a declaração ou seus colegas de trabalho, mas o substantivo geral (salários) traz todo o movimento do pensamento expressado pela proposição e faz que todos os outros elementos proposicionais compartilhem do caráter geral. O objeto indireto continua indeterminado — “muito baixos de modo geral”, ou “muito baixos para todos os assalariados iguais ao manifestante”. A proposição é abstrata. Ela se refere a condições universais que não podem ser substituídas por caso particular algum; seu significado é “transitivo” como contrário a qualquer caso individual. A proposição exige de fato a sua “tradução” para um contexto mais concreto, mas no qual os conceitos universais não possam ser definidos por conjunto *particular* algum de operações (tal como a história pessoal do trabalhador *B* e sua função especial na fábrica de *W*). O conceito “salários” se refere ao grupo de “assalariados”, integrando tôdas as histórias pessoais e empregos especiais num universal concreto.

2) “Os salários atuais de *B* são, em razão da doença de sua espôsa, insuficientes para atender aos seus compromissos”. Note-se que nesta tradução de 1), o sujeito foi deslocado. O conceito universal “salários” é substituído por “salários atuais de *B*”, cujo significado é plenamente definido pelo conjunto particular de operações que *B* tem de levar a termo para poder

32 *Loc. cit.*, p. 591.

comprar alimentos, roupas, habitação, remédios etc. para a sua família. A "transitividade" de significado foi abolida; o agrupamento "assalariados" desapareceu juntamente com o sujeito "salários", e o que resta é um caso particular que, privado de seu significado transitivo, se torna suscetível aos padrões aceitos de tratamento pela companhia na qual se verificou o caso.

Que há de errado nisso? Nada. A tradução dos conceitos e da proposição como um todo é validada pela sociedade à qual o pesquisador atende. A terapia funciona porque a fábrica ou o Governo podem arcar com pelo menos uma parte considerável dos custos, por desejarem fazê-lo e porque o paciente deseja submeter-se a um tratamento que promete ser um êxito. Os conceitos vagos, indefinidos e universais que apareceram na queixa não-traduzida eram na verdade remanescentes do passado; sua persistência na palavra e no pensamento eram de fato uma barreira (embora pequena) ao entendimento e à colaboração. Na medida em que a Sociologia e a Psicologia operacionais contribuíram para atenuar condições sub-humanas, elas são parte do progresso intelectual e material. Mas também são testemunho da racionalidade ambivalente do progresso que satisfaz em seu poder repressivo e é repressivo em suas satisfações.

A eliminação do significado transitivo continuou sendo uma particularidade da Sociologia empírica. Caracteriza até mesmo um grande número de estudos que não se destinam a ter uma função terapêutica com algum interesse particular. Resultado: uma vez abolido o excesso "irreal", a investigação fica trancafiada dentro dos enormes limites nos quais a sociedade estabelecida valida e invalida proposições. Em virtude de sua metodologia, esse empirismo é ideológico. Para exemplificar o seu caráter ideológico, vejamos um estudo da atividade política nos Estados Unidos.

Em seu trabalho intitulado "Competitive Pressure and Democratic Consent", Morris Janowitz e Dwaine Marvick desejam "julgar até que ponto uma eleição é uma expressão de fato do processo democrático". Tal julgamento implica a avaliação do processo eleitoral "em termos do que é necessário para manter uma sociedade democrática" e isso, por sua vez, exige uma definição de "democrática". Os autores oferecem a escolha entre duas definições alternadas; as teorias do "mandato" e "competitiva", da democracia:

As teorias do "mandato", que têm suas origens nas concepções clássicas de democracia, postulam que o processo de representação resulta de um conjunto bem definido de diretrizes que o eleitorado impõe aos seus representantes. Uma eleição é um procedimento de conveniência e um método para garantir que os representantes se enquadrem nas diretrizes dos constituintes.³³

Ora, essa "preconcepção" foi "rejeitada com antecedência como irreal por pressupor um nível de opinião e ideologia articuladas nas plataformas eleitorais, de difícil existência nos Estados Unidos". Essa declaração de fato assaz franca é algo suavizada pela dúvida reconfortante sobre "se tal nível de opinião articulada existiu em algum eleitorado democrático desde a extensão do direito de voto no século XIX". De qualquer forma, os autores aceitam, em vez da preconcepção rejeitada, a teoria "competitiva" da democracia, segundo a qual uma eleição democrática é um processo de "selecionar e rejeitar candidatos" que "competem por cargos eletivos". Essa definição, para que se torne realmente operacional, exige "critérios" pelos quais o caráter da competição política possa ser avaliado. Quando a competição política produz um "processo de consentimento" e quando produz um "processo de manipulação"? É apresentado um conjunto de três critérios:

- 1) uma eleição democrática exige competição entre candidatos opostos que se difunda por todo o eleitorado. O eleitorado obtém poder de sua aptidão para escolher dentre pelo menos dois candidatos competitivamente orientados, acreditando-se que qualquer deles tenha uma possibilidade razoável de vencer;
- 2) uma eleição democrática exige que ambos (!) os partidos se empenhem num equilíbrio de esforços para manter os blocos eleitorais estabelecidos, para recrutar eleitores independentes e para conseguir conversos dos partidos da oposição;
- 3) uma eleição democrática exige que ambos (!) os partidos estejam vigorosamente empenhados no esforço para ganhar a eleição; mas, independentemente da vitória ou da derrota, ambos os partidos devem também procurar reforçar suas possibilidades de êxito na próxima eleição e nas subsequentes...³⁴

Creio que essas definições descrevem com bastante exatidão o estado de coisas real das eleições norte-americanas de 1952, que são o assunto da análise. Em outras palavras, os critérios

33. H. Eulau, S. J. Eldersveld, M. Janowitz (eds.), *Political Behavior* (Glencoe Free Press, 1956), p. 275.

34. *Ibid.*, p. 276.

para julgar um determinado estado de coisas são os oferecidos por (ou, como são os de um sistema social que funciona bem e está firmemente estabelecido, imposto por) êsse estado de coisas. A análise está "arrolhada"; o âmbito do julgamento está limitado a um contexto de fatos que exclui o julgamento do contexto no qual os fatos são criados, criados pelo homem, e no qual o significado, a função e o desenvolvimento desses fatos são determinados.

Comprometida com essa estrutura, a investigação se torna circular e autovalidadora. Se "democrático" é definido nos termos limitadores, mas realistas, do processo real da eleição, então êsse processo é democrático anteriormente aos resultados da investigação. Na verdade, a estrutura operacional ainda permite (e até exige) distinção entre consentimento e manipulação; a eleição pode ser mais ou menos democrática segundo o grau de consentimento e manipulação verificado. Os autores chegam à conclusão de que a eleição de 1952 "se caracterizou por um processo de consentimento genuíno em maior grau do que as previsões impressionantes poderiam ter sugerido"³⁵ — conquanto constituísse "sério erro" desprezar as "barreiras" ao consentimento e negar que "estiveram presentes pressões manipulativas".³⁶ A análise operacional não pode ir mais longe do que essa declaração, que pouco esclarece. Em outras palavras, não pode levantar a questão decisiva sobre se o próprio consentimento não foi obra de manipulação — uma questão para a qual o estado de coisas atual oferece ampla justificativa. A análise não pode levantar a questão porque transcenderia os seus termos para um significado transitivo — para um conceito de democracia que revelaria a eleição democrática como sendo um processo democrático assaz limitado.

Precisamente tal conceito não-operacional é rejeitado pelos autores como "irreal" porque define democracia em nível demasiado inteligível como o controle preciso da representação pelo eleitorado — controle popular como soberania popular. E êsse conceito não-operacional não é de modo algum estranho. Não é de modo algum uma invenção da imaginação ou especulação, definindo, isto sim, o propósito histórico da democracia, as condições que justificaram a luta pela democracia, e que ainda estão por ser atendidas.

³⁵ *Ibid.*, p. 284.

³⁶ *Ibid.*, p. 285.

Mais ainda, êsse conceito é impecável em sua exatidão semântica porque significa exatamente o que diz — a saber, que é exatamente o eleitorado que impõe suas diretrizes aos representantes, e não os representantes que impõem suas diretrizes ao eleitorado, o qual, então, escolhe e reelige os representantes. Um eleitorado autônomo, livre porque está livre de doutrinação e manipulação, estaria de fato num "nível de opinião e ideologia inteligíveis", o que é difícil de se dar. Assim sendo, o conceito tem de ser rejeitado como "irreal" — assim tem de ser, caso se aceite o nível de opinião e ideologia realmente predominante como capaz de prescrever os critérios válidos para a análise sociológica. E se a doutrinação e a manipulação chegaram a uma etapa em que o nível de opinião corrente se tornou um nível de falsidade, em que o estado de coisas real não mais é reconhecido como o que de fato é, então uma análise que está metodologicamente empenhada em rejeitar conceitos transitivos se compromete com uma falsa consciência. Seu próprio empirismo é ideológico.

Os autores estão bem cômicos do problema. A "rigidez ideológica" apresenta "séria implicação" ao avaliar o grau de consentimento democrático. Na verdade, consentimento de quê? Naturalmente, dos candidatos e sua orientação política. Mas isso não basta, porque, então, o consentimento a um regime fascista (e se pode falar de consentimento genuíno a tal regime) seria um processo democrático. Assim, o próprio consentimento tem de ser avaliado — avaliado em termos de seu conteúdo, de seu objetivo, de seus "valores" — e essa medida parece compreender transitividade de significado. Contudo, tal medida "não-científica" pode ser evitada se a orientação ideológica a ser avaliada não é outra que não os dois partidos existentes e "eficazmente" competitivos, mais a orientação "ambivalente e neutralizada" dos eleitores.³⁷

A tabela que dá os resultados do escrutínio da orientação ideológica mostra três graus de adesão às ideologias dos partidos republicano e democrata e as opiniões "ambivalentes e neutralizadas".³⁸ Os próprios partidos estabelecidos, suas orientações e suas maquinções não são questionados, tampouco o sendo a diferença real entre eles no que tange a questões vitais (as da política nuclear e do estado de preparação bélica total), questões

³⁷ *Ibid.*, p. 280.

³⁸ *Ibid.*, pp. 138 e segs.



que parecem essenciais para a avaliação do processo democrático, a não ser que a análise opere com um conceito de democracia que meramente reúna as características da *forma estabelecida* de democracia. Tal conceito operacional não é totalmente inadequado ao assunto da investigação. Indica com suficiente clareza as qualidades que, no período contemporâneo, distinguem os sistemas democráticos e não-democráticos (por exemplo, competição de fato entre candidatos que representam partidos diferentes; liberdade do eleitorado para escolher entre esses candidatos), mas essa adequação não é suficiente se a tarefa da análise teórica é mais do que descritiva e diferente de descritiva — se a tarefa é *compreender*, é *reconhecer* os fatos pelo que eles são, pelo que “significam” para aqueles aos quais foram dados como fatos e que têm de viver com eles. Em teoria sociológica, reconhecimento dos fatos é crítica dos fatos.

Mas os conceitos operacionais não são sequer suficientes para *descrever* os fatos. Apenas alcançam certos aspectos e segmentos dos fatos que, se tomados pelo todo, privam a descrição de seu caráter objetivo e empírico. Como exemplo, vejamos o conceito de “atividade política” no estudo de Julian L. Woodward e Elmo Roper sobre “Political Activity of American Citizens”.³⁹ Os autores apresentam uma “definição operacional da expressão ‘atividade política’” constituída de “cinco modos de comportamento”: 1) votação nas eleições; 2) apoio a possíveis grupos de pressão...; 3) comunicação pessoal direta com os legisladores; 4) participação da atividade do partido político...; 5) participação da disseminação habitual de opiniões políticas pela comunicação verbal...

Sem dúvida, trata-se de “meios de possível influência sobre legisladores e autoridades governamentais”, mas poderá a medição desses meios garantir realmente “um método de separar as criaturas relativamente ativas no tocante às questões políticas nacionais das que são relativamente inativas”? Incluirão atividades decisivas “em relação a questões nacionais” como os contatos técnicos e econômicos entre as corporações e o Governo e entre as próprias corporações-chaves? Incluirão a formulação e a disseminação de opinião, informação e diversão “apolíticas” pelos grandes meios de publicidade? Levarão em conta os pesos políticos muito diferentes das várias organizações que tomam posição em questões públicas?

³⁹ *Ibid.*, p. 133.

Se a resposta é negativa (e creio que sim), então os fatos da atividade política não são adequadamente descritos e determinados. Muitos dos fatos constitutivos e, ercio, determinantes, permanecem fora do alcance do conceito operacional. E em virtude dessa limitação — dessa injunção metodológica contra conceitos transitivos que podem mostrar os fatos em seu verdadeiro aspecto e chamá-los por seus verdadeiros nomes — a análise descritiva dos fatos bloqueia a apreensão dos fatos e se torna um elemento da ideologia que sustenta os fatos. Proclamando a realidade social existente sua própria norma, essa Sociologia fortalece nos indivíduos a “fé destituída de fé” na realidade da qual eles são as vítimas: “Nada resta da ideologia a não ser o reconhecimento daquilo que é — modelo de um comportamento que se submete ao poder arrasador do estado de coisas estabelecido”.⁴⁰ A contradição clara reafirma seu direito contra esse empirismo ideológico: “...aquilo que é não pode ser verdadeiro”.⁴¹

⁴⁰ Theodor W. Adorno, “Ideologie”, em Kurt Lenk (ed.), *ideologie* (Neuwied, Luchterhand, 1961), pp. 262 e segs.

⁴¹ Ernst Bloch, *Philosophische Grundfragen I* (Frankfurt, Suhrkamp, 1961), p. 65.